

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO : 20\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativo a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

	Ano	Semestre
Para o País	500\$00	380\$00
Para o estrangeiro... ..	900\$00	740\$00
AVULSO: por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

Gabinete do Primeiro Ministro.

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho.

Ministério da Coordenação Económica:

Direcção-Geral de Finanças.

Ministério da Educação e Cultura:

Direcção-Geral de Educação.

Ministério dos Transportes e Comunicações:

Serviços de Correios e Telecomunicações.

Ministério do Desenvolvimento Rural:

Repartição de Gabinete.

Avísimos e anúncios oficiais.
Anúncios judiciais e outros.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho

Despachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 26 de Setembro de 1977:

Cristiano Lobo — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de delegado da Administração Interna do concelho da Brava, com efeitos retroactivos à data da posse.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 41.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Janeiro de 1978).

De 29 de Novembro:

Mário Alexandre Lima Bettencourt — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de repórter, interino, da Direcção Nacional de Informação.

Jorge Manuel Semedo Lima — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de fotógrafo, interino, da Direcção Nacional de Informação.

António Manuel Querido Semedo Monteiro — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de repórter, interino, da Direcção Nacional de Informação.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 37.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 10 de Janeiro de 1978).

Despachos do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 2 de Janeiro de 1978:

Alice Almeida, chefe de secção, interina, da Direcção-Geral dos Serviços Administrativos Centrais, do Ministério dos Negócios Estrangeiros — transferida para idêntico lugar na Direcção-Geral de Emigração e Serviços Consulares, indo ocupar um dos lugares criados pelo Decreto n.º 109/77, de 26 de Novembro.

De 3:

Gilberto de Castro Duarte Lopes, chefe de secção, interino, da Direcção-Geral de Emigração e Serviços Consulares — transferido para a Secretaria-Geral do Ministério.

Despacho do Camarada Ministro da Coordenação Económica:

De 6 de Janeiro de 1978:

É dada por finda a comissão de serviço da camarada Elisa Silva Andrade, no cargo de chefe de Gabinete do Ministério da Coordenação Económica, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1978.

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 22 de Março de 1977:

Catarina Veiga de Sena, professora de posto escolar de serviço eventual, do ensino primário — contratada, precedendo concurso documental, para, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964 e nos termos da secção V do capítulo 7.º do R.E.P.E., aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1724, exercer o referido cargo.

Carlos Alberto Gonçalves, Maria Rosa Lopes dos Reis Borges, e Maria da Conceição de Jesus Hungria Silva, professores de posto escolar de serviço eventual, do Ensino Primário — contratados, precedendo concurso documental, para nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964 e nos termos da secção V do capítulo 7.º do R.E.P.E., aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1724, de 23 de Setembro de 1970, exercerem o referido cargo.

De 22 de Agosto:

Paulo Monteiro Varela, professor de posto escolar de serviço eventual, do Ensino Primário — contratado, precedendo concurso documental, para, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964 e nos termos da secção V do capítulo 7.º do R.E.P.E., aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1724, de 23 de Setembro de 1970, exercer o referido cargo.

As despesas têm cabimento nas dotações inscritas no capítulo 26.º, artigo 125.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Janeiro de 1978).

De 12 de Outubro:

Filomena Maria Silva — contratada para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de dactilógrafa da Escola Preparatória da Ribeira Grande.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 13.º, artigo 66.º do orçamento vigente.

Maria da Luz Silva, candidata classificada em concurso — contratada para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de dactilógrafa da Escola Industrial e Comercial do Mindelo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 39.º do orçamento vigente.

Margarida Helena Medina dos Santos — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de dactilógrafa, do Liceu «Domíngos Ramos».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 32.º do orçamento vigente.

Manuel Luís dos Reis — assalariada para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de guarda nocturno, da Escola Industrial e Comercial do Mindelo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 39.º do orçamento vigente.

João Carlos Rocha — assalariado para exercer o cargo de servente da Escola Preparatória da Brava.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 22.º, artigo 109.º do orçamento vigente.

Armindo António Vaz — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo da Escola Preparatória da Ribeira Grande.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 13.º, artigo 66.º do orçamento vigente.

De 24 de Novembro:

António Delgado Jardim, professor de posto escolar contratado — concedida a mudança de escalão prevista no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 26/76, de 27 de Março, ficando com o vencimento correspondente à letra «T» do referido decreto, com efeito a partir do mês de Maio de 1976.

O encargo resultante deste despacho tem cabimento na dotação do capítulo 26.º, artigo 125.º da tabela de despesa do orçamento para 1977.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Janeiro de 1978).

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 17 de Janeiro de 1977:

José Manuel Lima — contratado para exercer o cargo de servente dos Serviços dos Correios e Telecomunicações.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 8.º do orçamento dos Correios e Telecomunicações vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 1 de Janeiro de 1978).

De 29 de Agosto:

Agnelo Ledo Pontes, agente da Polícia Marítima de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Marinha — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de delegado marítimo de 2.ª classe.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 15.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Janeiro de 1978).

De 15 de Dezembro:

Joaquim Sátiro da Luz, 3.º oficial, de nomeação definitiva da JAP — suspenso de serviço pela prática de delito, compreendido no n.º 10.º do artigo 366.º do Estatuto do Funcionalismo.

De 28:

Matilde Santos Ramos Fortes, auxiliar da Junta Autónoma dos Portos de Cabo Verde — colocada na situação de licença ilimitada, nos termos regulamentares do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 12 de Junho de 1977.

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 30 de Agosto de 1977:

Joana Silva Rodrigues Monteiro, regente agrícola — nomeada para, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer, provisoriamente, o cargo de técnica de formação média, com mais de 5 anos de experiência, da Direcção-Geral de Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais.

Tem efeitos retroactivos a partir de 1 de Agosto de 1977.

Maria Adelina dos Santos Matos de Sena Martins, regente agrícola — nomeada para, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer, provisoriamente, o cargo de técnica de formação universitária, com menos de 5 anos de experiência, da Direcção-Geral de Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais.

Tem efeitos retroactivos a partir de 1 de Setembro de 1977.

De 11 de Novembro:

Mário Manuel Pereira Lima, regente agrícola — nomeado para, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer, provisoriamente, o cargo de técnico de formação média, com menos de 5 anos de experiência, da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais.

Tem efeitos retroactivos a partir de 18 de Agosto de 1977.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 53.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 12 de Janeiro de 1978).

De 26 de Dezembro:

José Manuel de Jesus Marçal, desenhador de 1.ª classe, do Gabinete de Cadastro e Inquéritos Rurais — autorizado a reingressar no quadro, com efeitos retroactivos a partir de 20 de Dezembro de 1977.

Despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 12 de Dezembro de 1977:

Carlos Alberto Gomes Tavares, enfermeiro de 1.ª classe da Direcção Nacional de Saúde, encarregado do Posto Sanitário dos Picos — concedida licença registada por 6 meses.

Iolanda Maria Soares, servente, assalariada, da Escola Industrial e Comercial do Mindelo — exonerada, a seu pedido, das referidas funções, com efeitos a partir de 1 de Agosto do ano transacto.

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 22 de Dezembro de 1977:

Arnaldo Barreto Monteiro, administrador da Imprensa Nacional — dispensado das funções de 2.º substituto do Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Região de Sotavento, com efeitos a partir de 22 de Dezembro de 1977.

Rosalina Almeida da Cruz, servente, assalariada, colocada na Conservatória dos Registos — exonerada, a seu pedido, das referidas funções, a partir de 31 de Dezembro de 1977.

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 2 de Janeiro de 1977:

Olívio Vaz Correia Monteiro — nomeado para, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer, interinamente, o cargo de chefe de secção, da Direcção-Geral da Administração Interna, ficando colocado no Arquivo Nacional de Identificação Civil. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 12 de Janeiro de 1978).

De 23 de Setembro:

Deolinda Freire Tavares, aspirante, interina, do quadro Administrativo da Direcção-Geral das Alfândegas — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de 3.º oficial, da mesma Direcção-Geral.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 12.º, artigo 78.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 10 de Janeiro de 1978).

De 30:

Mário Rui Fortes Lél's — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de escriturário de 2.ª classe da Direcção-Geral da Administração Interna, continuando colocado no Secretariado Administrativo do Sal.

De 12 de Outubro:

João Augusto — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo da Direcção-Geral da Administração Interna, ficando colocado na localidade de Garça — concelho de Ribeira Grande.

Manuel Duarte — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo da Direcção-Geral da Administração Interna, ficando colocado no Alto Mira — concelho do Porto Novo.

João Baptista Gonçalves — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo da Direcção-Geral da Administração Interna, ficando colocado no Tarrafal de Monte Trigo — concelho do Porto Novo.

Manuel do Rosário Lopes — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo da Direcção-Geral da Administração Interna, ficando colocado na localidade de Figueiras — concelho da Ribeira Grande.

José António de Filomeno Jardim, nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de agente administrativo da Direcção-Geral da Administração Interna, ficando colocado em Ribeira da Cruz — concelho do Porto Novo.

As despesas têm cabimento nas dotações inscritas no capítulo 6.º, artigo 14.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Janeiro de 1978).

Despacho do Camarada Secretário de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato:

De 5 de Janeiro de 1978:

António Lopes Tavares, mestre-artesão do Centro Regional de Artesanato — exonerado, a seu pedido, das referidas funções a partir de 31 de Janeiro corrente.

Despachos do Camarada Director Nacional de Saúde, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 20 de Setembro de 1977:

Miguel do Sacramento Monteiro, encarregado dos armazéns da EMPA — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 22 de Setembro de 1977, que é do seguinte teor:

«O examinado deve continuar em tratamento ambulatório por mais noventa dias, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

De 12 de Dezembro:

Carlos António Cardoso, agente da Polícia de Ordem Pública da Direcção Nacional de Segurança — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 1 de Dezembro do ano findo que é do teor seguinte:

«Ao examinado devem ser concedidos mais trinta dias para tratamento ambulatorio findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

De 21:

Maria do Céu Pereira, filha de Pedro Pereira, agente da Polícia de Ordem Pública — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento emitido em sessão de 15 de Dezembro do ano findo que é do seguinte teor:

«A examinada deve ser evacuada para o exterior a fim de ser presente a um centro de cirurgia plástica, por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento».

Obs.: Evacuar para Portugal.

Deve ir acompanhada.

De 27:

Edgar Gomes de Amarante, fiscal de 2.ª classe da Direcção-Geral de Finanças — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento emitido em sessão de 8 de Dezembro findo, que é do seguinte teor:

«O examinado deve ser presente a uma consulta de oftalmologia».

Margarida Vaz Moreira Pereira, professora eventual da Escola Preparatória, da Direcção Nacional de Educação — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 8 de Dezembro do ano findo, que é do seguinte teor:

«A examinada devem ser concedidos 30 dias de convalescença para tratamento ambulatorio, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

De 28:

Orlando Oliveira Baptista Barbosa Vicente, prático agrícola principal do Ministério do Desenvolvimento Rural — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento emitido em sessão de 22 de Dezembro do ano findo, que é do seguinte teor:

«Ao examinado devem ser concedidos 60 dias de licença para tratamento ambulatorio, findos os quais deve ser de novo presente a esta Junta de Saúde».

De 30:

Agostinho Santos Vieira, aspirante, interino, da Empresa Pública de Abastecimento — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento emitido em sessão de 29 de Dezembro do ano findo, que é do seguinte teor:

«Apto a retomar o serviço, devendo continuar em tratamento ambulatorio».

Conceição Maria Brito Vieira de Andrade, esposa de Marino Vieira de Andrade, Júnior, 3.º oficial das Alfândegas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento emitido em sessão de 1 de Dezembro do ano findo, que é do seguinte teor:

«A examinada deve ser evacuada para o exterior e para um centro especializado em ginecologia por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento e por se presumir um agravamento do seu estado com a sua permanência neste Estado».

Obs: Evacuar para Portugal.

António Pedro Ramos da Silva, carpinteiro do Departamento de Águas, do Ministério do Desenvolvimento Rural — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 29 de Dezembro do ano findo, que é do seguinte teor:

«Apto a retomar o serviço».

Marina Maria Pereira, catalogadora do Centro de Documentação Científica — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento emitido em sessão de 29 de Dezembro do ano findo, que é do teor seguinte:

«Apto a retomar o serviço devendo continuar em tratamento ambulatorio».

Despachos do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 15 de Dezembro de 1977:

Agostinho Fortes, observador meteorológico de 2.ª classe do Ministério dos Transportes e Comunicações — homologado o parecer da Junta de Saúde Distrital de Barlavento, emitido em sessão de 15 de Dezembro do ano findo que é do teor seguinte:

«Que ao examinado devem ser concedidos mais trinta dias para recuperação funcional, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

Januario Alves Ascensão, servente do Aeroporto «Amílcar Cabral» — homologado o parecer da Junta de Saúde Distrital de Barlavento, emitido em sessão de 15 de Dezembro do ano findo, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado devem ser concedidos mais noventa dias para tratamento findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

De 23:

Eunice Jónia da Luz Barbosa Brito, 2.º oficial dos Serviços de Educação — homologado o parecer da Junta de Saúde Distrital de Barlavento, emitido em sessão de 15 de Dezembro do ano findo, que é do seguinte teor:

«Que a examinada devem ser concedidos sessenta dias para tratamento a partir da data em que adoecer (11/11/77), findos os quais deve ser de novo presente a esta Junta de Saúde, com relatório do seu médico assistente».

De 25:

Sarmento António Lopes, escrivão contador do Tribunal Sub-Regional do Ministério da Justiça — homologado o parecer da Junta de Saúde Distrital de Barlavento emitido em sessão de 22 de Dezembro do ano findo, que é do teor seguinte:

«Que o examinado se encontra apto a retomar o serviço devendo contudo ser examinado por médico especialista de seis em seis meses».

Extractos de contratos:

De 21 de Outubro de 1977:

Benjamim Fernando Almeida, licenciado em Engenharia Química e a especialidade de professor — contratado, ao abrigo do Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica, para prestação de serviço como professor do ensino liceal, com direito à remuneração mensal de 12 000\$, casa mobilada ou, se o cooperante, preferir, um subsídio

de renda de casa no valor de 4 000\$. Este contrato tem efeitos a partir da data de desembarque do cooperante neste Estado e termina em 31 de Agosto, podendo o mesmo ser renovado por sucessivos períodos de um ano lectivo.

Miriam Josef na Rodrigues Aço, licenciada em Filosofia—contratada, ao abrigo do Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica, para prestação de serviço como professora do ensino liceal, com direito à remuneração mensal de 12 000\$, casa mobilada ou, se a cooperante preferir, um subsídio de renda de casa no valor de 4 000\$. Este contrato tem efeitos a partir da data de desembarque do cooperante neste Estado e termina em 31 de Agosto, podendo o mesmo ser renovado por sucessivos períodos de um ano lectivo.

Maria Luíza Costa Matos, licenciada em Economia e a especialidade de professora — contratada, ao abrigo do Aco. do Geral de Cooperação Científica e Técnica, para prestação de serviço como professora do ensino liceal, com direito à remuneração mensal de 12 000\$, casa mobilada ou se a cooperante preferir, um subsídio de renda de casa no valor de 4 000\$. Este contrato tem efeitos a partir da data de desembarque da cooperante neste Estado e termina em 31 de Agosto, podendo o mesmo ser renovado por sucessivos períodos de um ano lectivo.

Alda Maria Simões Pereira, licenciada em Ciências Físico-Químicas e a especialidade de professora — contratada, ao abrigo do Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica, para prestação de serviço como professora do ensino liceal, com direito à remuneração mensal de 12 000\$, casa mobilada ou se a cooperante preferir, um subsídio de renda de casa no valor de 4 000\$. Este contrato tem efeitos a partir da data de desembarque da cooperante neste Estado e termina em 31 de Agosto, podendo o mesmo ser renovado por sucessivos períodos de um ano lectivo.

Maria Júlia Serra Constantino Woldesanto Silva, bacharel em História — contratada, ao abrigo do Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica, para prestação de serviço como professora do ensino liceal, com direito à remuneração mensal de 12 000\$, casa mobilada ou se a cooperante preferir, um subsídio de renda de casa no valor de 4 000\$. Este contrato tem efeitos a partir da data de desembarque da cooperante neste Estado e termina em 31 de Agosto, podendo o mesmo ser renovado por sucessivos períodos de um ano lectivo.

Marília Nogueira Guerreiro de Almeida, licenciada em Geografia e a especialidade de professora contratada, ao abrigo do Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica, para prestação de serviço como professora do ensino liceal, com direito à remuneração mensal de 12 000\$, casa mobilada ou se a cooperante preferir, um subsídio de renda de casa no valor de 4 000\$. Este contrato tem efeitos a partir da data de desembarque da cooperante neste Estado e termina em 31 de Agosto, podendo o mesmo ser renovado por sucessivos períodos de um ano lectivo.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento nas dotações do capítulo 7.º, artigo 32.º da tabela de despesa do orçamento para 1977. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Janeiro de 1978).

De 1 de Dezembro:

Dr. Horst WOLF e Annemarie WOLF, pedagogos diplomados — contratados, ao abrigo do Protocolo da Cooperação Cultural e Técnica Científica, assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Democrática Alemã, para prestação de serviços

de sua especialidade no Ministério da Educação e Cultura, pelo período de três anos, alterável por acordo de ambas as partes, com efeitos a partir da data de sua chegada a este Estado, ficando colocados em S. Vicente.

Os encargos resultantes destes contratos têm cabimento nas dotações do capítulo 5.º, artigo 17.º da tabela de despesa do orçamento para 1977. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Janeiro de 1978).

Lista provisória, por ordem alfabética, dos candidatos admitidos e excluídos, ao concurso de provas para o provimento de vagas de distribuidores de 3.ª classe do quadro do pessoal de exploração dos Serviços dos Correios e Telecomunicações, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 25, de 18 de Junho de 1977:

Admitidos:

- 1 — Adelaide Duarte dos Santos.
- 2 — Adélia Tavares.
- 3 — Adriano Barbosa Vicente.
- 4 — Alfredo Benvindo de Pina.
- 5 — António Carlos Oliveira Mendes.
- 6 — António Jorge dos Santos Craveiro de Andrade.
- 7 — António Luís Sá Nogueira.
- 8 — Arlete Martins Cabral.
- 9 — Arlinda Vaz Furtado a), b).
- 10 — Armando Augusto Hopffer Barreto.
- 11 — Augusto Lopes Maia.
- 12 — Avelina Brazão de Pina a), b).
- 13 — Avelino Lopes Freire Carvalho a), b).
- 14 — Catarina Jesus de Pina Barros.
- 15 — Cipriano Rufino Maurício, Júnior a), b).
- 16 — Clarisse Brito Oliveira Andrade.
- 17 — Domingos Correia Mendes Pereira a), b).
- 18 — Dona Sol Monteiro de Macedo.
- 19 — Fátima Maria Filomena Chaves Semedo.
- 20 — Filomena de Oliveira Neves Santos.
- 21 — Haydée Maria Évora Vieira Ferreira Querido a).
- 22 — Honorina Falho Rocha Ferro.
- 23 — Inês Lopes da Veiga Barros.
- 24 — Josefina Monteiro Vaz Semedo.
- 25 — Joana Filomena Barros Dias b).
- 26 — João Evangelista de Pina a), b).
- 27 — Joaquim Venceslau Moreira Freire de Carvalho.
- 28 — José António Monteiro.
- 29 — José da Luz Pereira.
- 30 — José Maria Alves Teixeira.
- 31 — José Martins Andrade.
- 32 — Júlia Maria da Cruz.
- 33 — Lena Maria Pires Correia Lopes.
- 34 — Luísa Maria Souto Amado Vieira.
- 35 — Magda Elvira Tavares Moniz.
- 36 — Manuel Lopes.
- 37 — Margarida Helena Medina dos Santos a), b).
- 38 — Maria Eunice Correia Gomes Marta Vera Cruz a), b).
- 39 — Maria Felecidade Rocha Semedo b).
- 40 — Maria Isabel de Brito.
- 41 — Maria Isabel Semedo Lopes Ramos Évora a), b).
- 42 — Maria José de Carvalho Dias Monteiro.
- 43 — Maria do Livramento Gomes.
- 44 — Maria do Livramento Silva.
- 45 — Maria de Lourdes Lopes Ribeiro Mendes Cardoso.
- 46 — Maria de Lourdes Mendes de Carvalho.
- 47 — Maria Luísa Lima Moreira.
- 48 — Maria Odete Fonseca Fortes.
- 49 — Maria Paula Freitas.
- 50 — Maria Salomé Lopes Rocha a).

- 51 — Maria do Sameiro de Barros.
- 52 — Maria Santinha Veiga Semedo.
- 53 — Moisés Pereira Lobo Vieira.
- 54 — Narcisa Moreno Tavares a), b).
- 55 — Nicolau Eloi da Restauração.
- 56 — Orlando João dos Reis a), b).
- 57 — Pedro Landim de Brito.
- 58 — Ruth Helena de Lourdes Cabral Neves.
- 59 — Virgínia Pina Araújo.
- 60 — Yolanda dos Santos.

a) Deverá entregar no prazo de 20 dias a certidão de idade.

b) Deverá entregar no prazo de 20 dias a certidão de habilitações literárias.

Excluídos:

- 1 — Agostinho Bernardino Teixeira Brandão a).
- 2 — Filomena Maria Lopes a).
- 3 — João Pedro Teixeira Cardoso a).
- 4 — José António Sanches Cabral c).
- 5 — Lucindo Dias de Pina b).
- 6 — Maria Antonieta Barros dos Reis Borges a).
- 7 — Miguel Travassos Soares Rosa Rodrigues a).
- 8 — Ruth Agues Soares b).

a) Por ter entregue o requerimento de admissão ao concurso fora do prazo;

b) Por não reunir as condições exigidas no anúncio de concurso — não possui o 2.º ano do Ciclo Preparatório;

c) Por não reunir as condições exigidas no anúncio de concurso — idade.

Lista provisória, por ordem alfabética, dos candidatos admitidos e excluídos, ao concurso para o provimento das vagas de operador do quadro de exploração dos Serviços dos Correios e Telecomunicações, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 25, de 18 de Junho de 1977.

Admitidos:

- 1 — Adriano Pina Barbosa.
- 2 — Albertina Maria Vieira Livramento.
- 3 — Alcides Canuto.
- 4 — Ana Cecília Rodrigues Cardoso a).
- 5 — Ambrosina Ramos Pimenta Maurício.
- 6 — Andulo Lopes.
- 7 — António Luís Sá Nogueira a).
- 8 — António Nunes de Pina.
- 9 — Armando Hopffer Barreto a).
- 10 — Carlos de Jesus Teixeira.
- 11 — Carlos Edgar Morais.
- 12 — Carolina Ribeiro de Pina.
- 13 — Celeste Crispiniana Custódio Abreu.
- 14 — Dalimácio Araújo Dias da Fonseca.
- 15 — Etelvina Silves Ferreira Varela.
- 16 — Eunice Augusta de Jesus Aquino Teixeira Ferreira Silva.
- 17 — Félix Constantino Piedade.
- 18 — Filomena Maria de Jesus Coelho de Carvalho.
- 19 — Francisco d'Assis Freire Ramos Évora.
- 20 — Gabriela Ramos Soares Lopes.
- 21 — Germana Lima Brito.
- 22 — Helena Constança Fortes Além Duarte.
- 23 — Inês Lopes da Veiga Barros.
- 24 — João Simões de Santa Rita Vieira.
- 25 — José da Luz Pereira.
- 26 — José Monteiro de Pina.
- 27 — José Vaz Monteiro.
- 28 — Júlia Amélia Pres Brito.
- 29 — Lucília Duarte Dias Leitão.
- 30 — Margarida Gomes Machado.
- 31 — Maria Eduarda Rodrigues Pereira.

32 — Maria Eugénia de Jesus Teixeira Vieira de Andrade.

33 — Maria Francisca Santos dos Reis a).

34 — Maria de Lourdes Cardoso Barbosa.

35 — Maria da Luz Almeida Teixeira de Morais.

36 — Maria da Luz Duarte Monteiro.

37 — Maria do Rosário de Fátima.

38 — Maria Luisa Lima Moreira.

39 — Maria Odeth Fonseca Fortes.

40 — Mário Augusto Monteiro.

41 — Maximiano Vieira a).

42 — Ricardino dos Reis da Silva a).

43 — Virgínia Pina Araújo.

Excluídos:

José Manuel Alves Monteiro b).

Maria de Jesus Santos Rosa b).

a) Deve entregar no prazo de vinte dias os documentos de habilitações literárias, ex-5.º ano dos liceus ou o 2.º ano do Ciclo Preparatório e prova de estar vinculado aos CTT.

b) Não possui as habilitações literárias exigidas no anúncio do concurso.

COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se comunica que a nomeação de Daniel Augusto de Sena Martins, engenheiro agrónomo, no cargo de técnico de formação universitária, com menos de 5 anos de experiência, publicado no *Boletim Oficial* n.º 33/77, tem efeitos retroactivos à data de 1 de Julho de 1977.

Para os devidos efeitos se comunica que, Manuel Figueira e Maria Luísa Vieira Queirós Figueira, respectivamente, director e chefe de secção do Centro Nacional de Artesanato, nomeados por despacho do Camarada Secretário de Estado de 1 de Outubro de 1977, publicados nos *Boletins Oficiais* n.ºs 49 e 50/77, tomaram posse dos referidos cargos em 31 de Dezembro de 1977.

RECTIFICAÇÃO

Por ter saído inexacto no *Boletim Oficial* n.º 31, de 16 de Julho de 1977, novamente se publica o seguinte:

Despacho do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 25 de Julho de 1977:

Anastácio Lopes Tavares, técnico principal de radiocomunicações de nomeação definitiva dos Serviços dos Correios e Telecomunicações — mandado transitar para o lugar de técnico principal de comutação telefónica, definitivo, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 1977.

Fernando Jorge Aurora de Pina, técnico de 2.ª classe de radiocomunicações, contratado, dos Serviços dos Correios e Telecomunicações — mandado transitar para o lugar de técnico de radiocomunicações, provisório, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 1977.

Hélder da Silva Sousa Brito, operador-radiotelegrafista de 3.ª classe, contratado, dos Serviços dos Correios e Telecomunicações — mandado transitar para o lugar de operador-radiotelegrafista de 2.ª classe, provisório, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 1977. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 27 de Julho de 1977).

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho, na Praia, 14 de Janeiro de 1978. — O Director-Geral, *Jorge Manuel Soares de Brito*.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral de Finanças

Despacho do Camarada Secretário de Estado das Finanças:

De 26 de Dezembro de 1977:

Clotilde Monteiro Varela, mãe de Francisco Querido Varela, que foi chefe de departamento desta Direcção-Geral, falecido em 3 de Outubro último — fixada a pensão de sobrevivência mensal de 3 000\$, com efeito a partir de Novembro, relativa a 20 anos, 8 meses e 3 dias de serviço prestado pelo defunto, para efeito de aposentação, incluindo 1/5 a que alude o artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante tem cabimento na dotação do capítulo 13.º, artigo 92.º do orçamento do Ministério da Coordenação Económica, em vigor.

A esta pensão deverá ser descontada o débito no montante de 21 620\$ de cotas para a pensão de sobrevivência em atraso, amortizável em 60 prestações mensais e consecutivos, sendo a primeira de 380\$ e a restantes de 360\$.

Direcção-Geral de Finanças, na Praia, 28 de Dezembro de 1977. — O Director-Geral, *Marino Maria Pereira*.

o8o

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Direcção-Geral de Educação

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 3 de Janeiro de 1978:

Concelho do Sal:

Teresa Ana Lopes, delegada da inspecção — exonerada, a partir de 9 de Novembro de 1977, inclusive.

Maria Auxiliadora Conceição Figueiredo Ramos — nomeada delegada da inspecção.

Concelho de S. Vicente:

Maria Auscária dos Reis Craveiro, professora-secretária — exonerada, a partir de 10 de Outubro de 1977, inclusive.

Maria Alice Delgado — nomeada professora-secretária.

Concelho da Boa Vista:

Agnelo de Jesus Pires Lima, professor-secretário — exonerado, a partir de 24 de Outubro de 1977, inclusive.

Irene Barbosa Fernandes Ribeiro Monteiro Ramos — nomeada professora-secretária.

Concelho de Santa Cruz:

Guilherme Almeida Cardoso, professor-secretário — exonerado, a partir de 10 de Outubro de 1977, inclusive.

Margarida Gomes Monteiro — nomeada professora-secretária.

8.º movimento do pessoal docente para o Ensino Primário

Concelho de Santa Catarina:

1 — Mafalda da Silva, habilitada pela EHPPE — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 22, de Achada-Lém.

Concelho do Tarrafal:

1 — Idalina de Sena Afonseca, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 198, de Monte Vermelho — autorizada a não iniciar funções;

2 — Maria Odete Pinto, habilitada pela EHPPE — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 198, de Monte Vermelho;

3 — Ruy Luís Pina Pereira, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 107, de Mato Brasil.

Direcção-Geral de Educação, na Praia, 3 de Janeiro de 1978. — Pelo Director-Geral, *João Quirino Spencer*.

Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo

Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961, são nomeados professores de serviço eventual do ciclo preparatório os seguintes indivíduos, para prestarem serviço nos estabelecimentos de ensino que adiante se indicam, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço público, reconhecida por despacho da mesma data, nos termos do § 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934, conjugado com o artigo 29.º do Decreto n.º 43 041, de 1 de Julho de 1960:

Escola Preparatória do Múndelo:

Nuno Duarte Almeida.

Escola Preparatória da Praia:

Matias Monteiro Lopes.

Aldegundes Oliveira Tolentino.

Mário João de Sá Correia Tavares.

Escola Preparatória de Santa Catarina:

Maria de Lourdes Neves Tavares

Joana Baptista Silva Santos.

Dilma Aline Vitória Soulé.

Direcção-Geral da Educação — Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo, na Praia, 3 de Janeiro de 1977. — O Chefe do Departamento, *Pedro Nascimento Gomes*.

o8o

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Serviços dos Correios e Telecomunicações

DECLARAÇÃO

Declara-se que o 2.º oficial de exploração, interino, dos Serviços dos Correios e Telecomunicações deste Estado, Maria das Dores Morais Chantre, se apresentou nesta Repartição a 16 de Dezembro de 1977, finda a licença por um ano, sem vencimentos, que vinha gozando, nos termos do artigo 1.º — 1. do Decreto-Lei n.º 414/74, de 7 de Setembro.

Serviços dos Correios e Telecomunicações, na Praia, 27 de Dezembro de 1977. — Pelo Director dos Serviços, *Jorge Monteiro Santos*.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 22 de Dezembro de 1977:

Nos termos do artigo 14.º do Decreto n.º 75/77, designa o camarada João José Lopes da Silva, para desempenhar as funções de presidente da Comissão Regional de Reordenamento Agrário da ilha de Santo Antão.

Nos termos do artigo 14.º do Decreto n.º 75/77, designa o camarada engenheiro agrónomo António Advino Sabino, representante do Ministério do Desenvolvimento Rural na Comissão Regional de Reordenamento Agrário da ilha de Santo Antão.

Repartição de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento Rural, na Praia, 31 de Dezembro de 1977.—O chefe de Gabinete, *Aguinaldo Lisboa Ramos*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Administração Interna,
Função Pública e Trabalho

Direcção-Geral da Administração Interna

Secretariado Administrativo da Praia

EDITAL

Alexandre Ramos de Pina, Delegado da Administração Interna do Concelho da Praia.

Tendo Manuel Semedo, maior, casado, residente na Acha-dinha, requerido a este Secretariado Administrativo a concessão de um tracto de terreno com a área de 13,40×16,20 = 217,08 m² onde se acha instalada a sua residência, são convidados os indivíduos que tiverem qualquer reclamação a opôr à concessão referida a fazê-la perante este Secretariado, no prazo de quarenta dias a contar da publicação deste edital no *Boletim Oficial* desta República.

A venda do terreno em questão será feita em hasta pública à porta do Secretariado no próximo dia 22 de Março, pelas 15,30.

E para constar se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume.

Secretariado Administrativo da Praia, 10 de Janeiro de 1978.—O Delegado da Administração Interna, *Alexandre Ramos de Pina*.

(3)

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho

ANUNCIO DE CONCURSO

Mediante autorização superior faz-se público que na Direcção Nacional de Saúde, está aberto concurso de provas, escritas, pelo prazo de 60 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Boletim Oficial*, para provimento de vagas de auxiliares de administração com categoria correspondente à letra «R».

A admissão ao concurso é feita mediante requerimento dirigido ao Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, com assinatura reconhecida pelo notário, número e data do bilhete de identidade e será acompanhado de certidão de exame do segundo ano do ciclo preparatório ou equivalente.

São opositores obrigatórios todos os auxiliares de administração de nomeação interina que prestam serviço no Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.

As provas escritas, a realizar em dia e hora a indicar, versarão sobre as seguintes matérias:

- 1 — Deveres e direitos dos funcionários, disciplina, cumprimento de ordens, sigilo, correspondência e arquivo;
- 2 — Noções gerais do programa do PAIGC;
- 3 — Noções elementares de contabilidade pública; processamento de despesa variável;
- 4 — Redacção sobre um tema de serviço;
- 5 — Dactilografia.

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho, na Praia, 13 de Janeiro de 1978.—O Director-Geral, *Jorge Manuel Soares de Brito*.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Secretaria de Estado das Financas

Serviços das Alfândegas de Cabo Verde

Alfândega da Praia

EDITAL

Daniel Andrade Sousa, Director da Alfândega da Praia.

Nos termos do disposto no artigo 675.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas aprovado pelo Decreto n.º 43 199, de 29 de Setembro de 1960, faço saber que no próximo dia 19 de Janeiro, pelas 10 horas no recinto desta Alfândega, se procederá a venda em hasta pública (3.ª praça) da mercadoria abaixo discriminada e constante do processo administrativo n.º 1/77.

Lote único:—Constituído por uma caixa contendo 60 embalagens com fixador, 36 embalagens grandes com laca, 12 embalagens médias com laca e 36 embalagens pequenas com laca, com o peso bruto de 42 quilos, de origem portuguesa, na base de licitação de 2 000\$.

A mercadoria será arrematada no estado em que se encontra e o valor da praça será acrescido da percentagem de dez por cento sobre a qual não recairá adicional algum.

Para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume.

Alfândega da Praia, aos 6 de Janeiro de 1978.—O Director, *Daniel Andrade Sousa*.

(4)

EDITAL

Daniel Andrade Sousa, Director da Alfândega da Praia.

Nos termos do disposto no artigo 675.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 43 199, de 29 de Setembro de 1960, faço saber que no próximo dia 25 de Janeiro de 1978, às 10 horas, no recinto desta Alfândega se procederá à venda em hasta pública 3.ª praça da mercadoria abaixo discriminada e constante do processo administrativo n.º 29/76.

Lote único: Constituído por 129 cartões de aguardente figo, marca A.S.C., sendo 6 arrombados, totalizando 2 267 garrafas, de 1 litro cada, de origem portuguesa com o peso bruto de 3 147 quilos e líquido de 2 099 quilos, na base de licitação de 80 000\$00.

A mercadoria será arrematada no estado em que se encontra e o valor da praça será acrescido da percentagem de dez por cento sobre a qual não recairá adicional algum.

E para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 13 de Janeiro de 1978.—O Director, *Daniel Andrade de Sousa*

(5)

Secretaria de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato

Direcção-Geral do Comércio

AVISO

Para os devidos efeitos se informa que foram fixados os seguintes preços de venda ao público do cigarro S.G..

S.G. normal:

Carteira c/ 20 maços — Importador 235\$00
Maço — Retalhista 14\$00

S.G. gigante:

Carteira c/ 20 maços — Importador 285\$00
Maço — Retalhista 16\$00

Direcção Geral do Comércio, na Praia, 10 de Janeiro de 1978. — Pelo Director Geral José Maria Soares de Brito.

Montepio dos Servidores do Estado

EDITOS DE 30 DIAS

(2.ª publicação)

Para os devidos efeitos se faz saber que, por óbito de Francisco Querido Varela, que foi chefe do Departamento da Direcção-Geral das Finanças e sócio do Montepio, requereu o subsídio por morte e funeral deixado pelo mesmo a sua mãe Clotilde Querido Varela.

Ficam por estes éditos avisados quaisquer interessados no referido subsídio, para, no prazo de 30 dias, a contar da segunda e última publicação deste aviso no *Boletim Oficial*, deduzirem os seus direitos ao mesmo subsídio, ou impugnarem os da requerente.

Findo o prazo dos éditos, a Direcção julgará as reclamações, se as houver, e autorizará ou não o pagamento do subsídio, conforme for de direito.

Montepio dos Servidores do Estado de Cabo Verde, na Praia, 23 de Dezembro de 1977. — O Secretário da Direcção, Daniel Andrade Sousa.

(6)

EDITOS DE 90 DIAS

(2.ª publicação)

Para os devidos efeitos se faz saber que, por óbito de Francisco Querido Varela, que foi chefe de Departamento da Direcção-Geral das Finanças e sócio do Montepio, requereu a concessão da pensão a sua mãe Clotilde Querido Varela.

Ficam por estes éditos avisados quaisquer interessados na referida pensão, para, no prazo de 30 dias, a contar da segunda e última publicação deste aviso no *Boletim Oficial*, deduzirem os seus direitos à mesma pensão, ou impugnarem os da requerente.

Findo o prazo dos éditos, a Direcção julgará as reclamações, se as houver, e autorizará ou não o pagamento da pensão, conforme for de direito.

Montepio dos Servidores do Estado de Cabo Verde, na Praia, 23 de Dezembro de 1977. — O Secretário da Direcção, Daniel Andrade Sousa.

(7)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Tribunal Judicial da Região de Sotavento

SERVIÇO DE NOTARIADO

CERTIDÃO

Luis de Almeida Cardoso, Júnior, Notário do Primeiro Cartório Notarial da Região de Sotavento, República de Cabo Verde.

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação que em trinta e um de Dezembro do ano findo, neste Cartório a meu cargo, de folhas setenta e três a setenta e cinco do livro de notas para escrituras diversas número tre-

zentos e sessenta, pelos outorgantes Isidoro Soares de Carvalho solteiro, maior, comerciante e proprietário, residente nesta cidade, outorgado por si e, no uso do pátrio poder, como representante legal de seus filhos menores Carlos Manuel Duarte Soares de Carvalho, Carla Maria Varela Soares de Carvalho, Sandra Maria Varela Soares de Carvalho, Daniel Ressureição Leal Soares de Carvalho, Ana Paula Soares de Carvalho, Maria José Soares de Carvalho, José Eduardo Leal Soares de Carvalho, Carlos Alberto Soares de Carvalho e Luvínia Antonieta Varela Soares de Carvalho; Isidoro Duarte Soares de Carvalho, casado, maior; Alita Jorge Soares de Carvalho, solteira, maior; Maria Helena Duarte Soares de Carvalho casada, maior; Alípio Soares de Carvalho, casado, maior; e Alfredo Andrade Gomes, solteiro, maior, foi celebrada uma escritura de rectificação da cláusula quarta, constante da escritura de constituição da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada Isidoro Soares de Carvalho & Filhos, Limitada, lavrada de folhas sessenta e três do livro de notas atrás referido, a qual fica com a seguinte redacção.

O capital social é de um milhão de escudos, sendo a quota presumível de giro de um milhão e quinhentos mil escudos; está integralmente realizado e existe nos diferentes valores do activo, líquido do passivo, representada pelos primitivos estabelecimentos comerciais Isidoro Soares de Carvalho, o que tudo, livre de qualquer passivo, transfere para esta sociedade e corresponde à soma das quotas sociais, do seguinte modo.

Isidoro Soares de Carvalho — trezentos e trinta cinco mil escudos;

Isidoro Duarte de Carvalho — Trezentos e vinte mil escudos;

Alita Jorge de Carvalho — cem mil escudos;

Alfredo Andrade Gomes — vinte mil escudos;

Alípio Soares de Carvalho — vinte mil escudos;

Maria Helena Duarte Soares de Carvalho — vinte mil escudos;

José Eduardo Leal Soares de Carvalho — vinte mil escudos;

Carlos Manuel Duarte Soares de Carvalho — vinte mil escudos;

Daniel Ressureição Leal Soares de Carvalho — vinte mil escudos;

Carla Maria Varela Soares de Carvalho — vinte mil escudos;

Carlos Alberto Soares de Carvalho — vinte mil escudos;

Sandra Maria Varela Soares de Carvalho — vinte mil escudos;

Ana Paula Soares de Carvalho — vinte mil escudos;

Maria José Soares de Carvalho — vinte mil escudos;

Luvínia Antonieta Varela Soares de Carvalho — vinte mil escudos.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Sotavento, na Praia, 5 de Janeiro de 1978. — O Notário do Primeiro Cartório, Luis de Almeida Cardoso, Júnior.

CONTA:

Art. 18.º n.º 1 e 2	40\$00
Art. 25.º, 1, b)	40\$00
Cofre Geral	8\$00
Taxa de Reembolso	4\$00
Selos	45\$00 = 137\$00

(Cento e trinta e sete escudos. — Conferida por, Luis Almeida Cardoso, Júnior.

Registada sob o n.º 36).

(8)

SERVIÇO DE NOTARIADO

SEGUNDO CARTÓRIO

A cargo do Notário: — Jorge Rodrigues Pires.

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação que por escritura lavrada em vinte e oito de Dezembro do ano findo, neste Cartório a meu cargo, a folhas cinquenta e seis e verso do livro de notas para escrituras diversas, número trezentos e cinquenta e três do cartório a meu cargo, foi celebrada uma escritura de habilitação notarial por óbito

de Dona Maria Nascimento Monteiro, casada, natural da freguesia de São Lourenço, concelho do Fogo, residente que foi em Achadinha, subúrbios desta cidade, falecida no dia seis de Dezembro de mil novecentos e setenta e seis, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, sem testamento nem qualquer outra disposição de última vontade.

Mais certifico que, na operada escritura foram declarados como únicos herdeiros da dita falecida, seus filhos ilegítimos Jerónimo Monteiro, casado, comerciante, residente, em Achada Grande; Francisca Monteiro, solteira, doméstica, residente em Achadinha de Baixo; Nataniel Monteiro, casado, proprietário, residente em Achada de Santo António; Joaquim Monteiro, casado, comerciante residente em Achada de Santo António; Maria Livramento Monteiro, casada, doméstica, residente em Achadinha de Baixo; Iva Monteiro, casada, doméstica, residente no Bairro Kawme N'Krumah; e João Monteiro, casado, trabalhador, residente em Achadinha, todos subúrbios desta cidade.

Está conforme

Passada na Cidade da Praia e Segundo Cartório, aos nove dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito.—O Notário do Segundo Cartório, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art.º 18.º 1	25\$00
Art.º 18.º 2	10\$00
Art.º 25.º 1 b)	35\$00
Soma	70\$00

Cofre Geral de Justiça	7\$00
Taxa de Reembolso	2\$00
Selos... ..	30\$00

Total 109\$00

São:—«Cento e nove escudos».—

Conferida por *Jorge Rodrigues Pires*.

Registada sob o n.º 32/78.

(9)

MOAVE — (Moagem de Cabo Verde S.A.R.L.)

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do n.º 18, dos Estatutos, convoco os senhores accionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de Janeiro de 1978, pelas 18 horas, nos escritórios da empresa, na Avenida Amílcar Cabral, na cidade do Mindelo, com a seguinte ordem de trabalho:

- a) — discutir, aprovar ou modificar o relatório, balanço e as contas do Conselho Administrativo e o parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício do ano de 1977;
- b) — eleger os accionistas que integrarão os Corpos Sociais após a transformação da empresa em sociedade de economia mista.

MOAVE (Moagem de Cabo Verde, S.A.R.L.), em Mindelo, 6 de Janeiro de 1978.—O Presidente da Mesa de Assembleia Geral, *José Duarte Fonseca*.

(10)